

Notáveis começam a discutir o poder do Estado

Parlamentarismo será proposto como forma de governo, mantendo alguma força para o presidente

ALFREDO LOBO
Enviado Especial

Itaipava — A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais começa a decidir esta semana a organização dos poderes do Estado que vai propor ao debate público e à Assembleia Nacional Constituinte. Segundo a tendência verificada entre os comissionados, o anteprojeto constitucional vai incluir o parlamentarismo como forma de Governo, embora mantendo alguma força executiva para o Presidente da República.

Reunidos em sessão plenária neste distrito do município de Petrópolis, na região serrana do Estado do Rio, os membros da comissão têm trabalhado duro desde segunda-feira passada e aqui ficarão até o próximo sábado. Não concluirão o trabalho, porém, já que optaram por um texto constitucional extenso, analítico, com mais de 200 artigos. De acordo com Clóvis Ferro Costa, que é assessor jurídico do Ministério da Justiça, o tamanho do País e nossa própria cultura política não recomendam uma constituição sintética, que não seria funcional.

O objetivo da comissão é concluir os trabalhos ainda este mês ou, o mais tardar, na primeira quinzena de agosto. Cristóvam Buarque, reitor da Universidade de Brasília, explica que o texto do anteprojeto precisa estar nas ruas a tempo de influenciar na campanha eleitoral da Constituinte. "Ouvi dizer que o Governo vai imprimir 5 milhões de exemplares para distribuir", informa Cristóvam.

AMPLO DEBATE

O cientista político Bolívar Lamounier acha que, apesar de os candidatos aos governos estaduais dominarem a campanha para as eleições de 15 de novembro, o anteprojeto da comissão conterà tantas novidades e tantos pontos polêmicos que fatalmente abrirá espaços também para o amplo debate constitucional. "Os próprios candidatos majoritários entrarão no tema, provocados pela imprensa e pelos lobbies que vão cobrar definições deles em torno das polêmicas, tanto ou mais do que cobrarão dos candidatos à Constituinte", acredita Lamounier.

José Alberto Assunção, consultor jurídico do Estado-Maior das Forças Armadas, ex-professor da Escola Superior de Guerra e procurador do PFL-RJ, também tem confiança de que o texto proposto pela comissão de estudos constitucionais vai provocar um grande debate e influir decisivamente na campanha eleitoral, "cumprindo assim o objetivo desejado pelo presidente Tancredo Neves quando lançou a idéia de criar-se esta comissão".

José Paulo Sepúlveda Pertence, Procurador-Geral da República e ativíssimo membro da co-

missão, vai mais longe: o anteprojeto, embora não condicione, vai ter influência talvez decisiva nos trabalhos da própria Constituinte, em 1987. "Criamos um parâmetro avançado, realmente liberal e progressista. Mesmo que o perfil da Constituinte resulte mais conservador, não será fácil para deputados e senadores andarem para trás, porque as pressões serão muito grandes", afirma Pertence.

Cristóvam Buarque concorda que as pressões serão imensas "para os dois lados" e não crê que a próxima Constituição incorpore tantos avanços. "Aqui é mais fácil resistir às pressões e votar livremente, às vezes apoiando propostas até um pouco além do que julgamos correto, porque estamos elaborando apenas uma proposta que não tem qualquer validade le-

Para vigiar o Estado — uma das maiores preocupações da comissão — o anteprojeto constitucional cria também no País o defensor do povo, baseado nas experiências do ombudsman existente nos países nórdicos

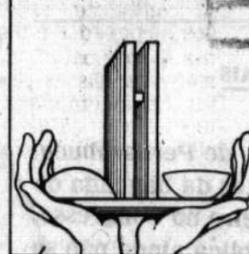
gal", explica. Na Constituinte, quando o voto for mesmo para valer, Cristóvam acredita que o consenso será muito mais difícil de obter, ainda mais com a exigência de maioria absoluta nas votações. "Alguns pontos mais polêmicos que estamos propondo não passarão", afirma.

JOGO DE PRESSÕES

É impossível antecipar, porém, quem vencerá o jogo de pressões no caso, por exemplo, da destinação constitucional das Forças Armadas. A norma vigente, outorgada pela Junta Militar em 1969, as destina "a defesa da Pátria e a garantia dos poderes constituídos, da lei e da ordem". A comissão propõe que elas se destinem "a assegurar a independência e a soberania do País, a integridade de seu território e os poderes constitucionais". De acordo com o pensamento dos membros da comissão de estudos constitucionais, a lei e a ordem devem ser garantidas pela polícia, não pelas Forças Armadas, que devem assegurar os poderes constitucionais e não mais os poderes constituídos — que podem ser constituídos de fato, por golpe de Estado.

Segundo o cientista político Hélio Jaguaribe, a diferença é fundamental, pois tira dos militares o "pretexto constitucional".

CONSTITUINTE



Com que tem justificado suas periódicas intervenções pela força na vida política nacional. A maioria reconhece abertamente, contudo, que a proposta elimina apenas o pretexto. "O golpe de estado é um fato, e contra fatos não há argumentos", dizem.

Há, na área militar, outros pontos que da mesma forma causarão muita polêmica, como o direito de voto para cabos e soldados e a redução das atribuições das polícias militares. E, principalmente, a substituição do Conselho de Segurança Nacional por um Conselho de Defesa Nacional, presidido pelo presidente da República e composto pelos membros do Conselho de Estado (que também é proposto pela comissão) e mais o primeiro-ministro e os ministros da Justiça, das Relações Exteriores e das pastas militares. Em compensação, a comissão manteve em sua proposta o serviço militar obrigatório.

Não se pode adivinhar, ainda, se os constituintes aceitarão a proposta de abrir aos cidadãos todos os arquivos com dados sobre sua vida — os do SNI, por exemplo. De acordo com proposta já aprovada pela comissão de Estudos Constitucionais, qualquer um poderá ver e promover correções em suas fichas cadastrais, inclusive requerendo a Justiça, se necessário, a até agora inexistente figura jurídica do habeas data, para garantia desse direito.

VIGIAR O ESTADO

Para vigiar o Estado — uma das maiores preocupações da comissão — o anteprojeto constitucional cria também no País o defensor do povo, baseado nas experiências do

Anteprojeto da comissão terá tantas novidades e tantos pontos polêmicos que fatalmente vai abrir espaços também para o amplo debate constitucional. Os próprios candidatos majoritários entrarão no tema

ombudsman existente nos países nórdicos. Tentou-se até dar-lhe poderes de ação executiva, mas a maioria considerou que poderiam colocá-lo acima do próprio judiciário e estariam assim criando um verdadeiro ditador. O título de defensor do povo não agradou muito — "parece demagógico" —, mas a proposta para que recebesse o nome histórico de ouvidor-geral foi derrubada por uma piada, em plenário, de José Alberto Assunção: "Ouvidor não dá, vão logo chamá-lo de orelhão-geral".

Na mesma linha, a comissão aprovou uma expressiva ampliação nas garantias individuais do cidadão. É proibida, por exemplo a discriminação "em razão de nascimento, raça, cor, sexo, trabalho rural ou urbano, religião, convicções políticas ou filosóficas, deficiência física ou mental, ou de qualquer particularidade ou condição social". Esta última expressão, proposta pelo jurista Miguel Reale, visa a proteger comportamentos como o homossexualismo, que não poderá mais ser discriminado (se, é bom lembrar, a constituinte aceitar a sugestão).

A reunião plenária da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais em Itaipava está sendo realizada no Centro de Estudos e Conferências do Ministério das Minas e Energia, ao custo de cerca de Cz\$ 500 mil. É um verdadeiro hotel-fazenda, cercado de verde e confortos por todos os lados, mas não se pode falar em mordomias. Os membros da Constituinte não ganham jeton e em muitos casos estão deixando de ganhar dinheiro com suas atividades particulares. Trabalham diariamente das 9 às 20h e recebem apenas transporte, hospedagem e refeições, pagando do próprio bolso qualquer extraordinário, especialmente as bebidas alcoólicas que animam a conversa após o jantar, em torno da lareira.

Estão, nas palavras do jornalista Mauro Santayana, secretário-executivo da Comissão, prestando um "grande serviço público", com independência garantida "pela idade e pelo sucesso que já alcançaram na vida, sobre todos parlando altaneira a figura de Afonso Arinos (presidente da Comissão, ex-chanceler), já dispensado de seus antigos vínculos partidários e de suas razões de classe". Na opinião de Santayana, os avanços propostos no anteprojeto constitucional são consequência dessa linha de independência adotada por todos. "Como Tancredo, na hora frustrada da posse, seu compromisso é apenas com a história, e a história é sempre o futuro, que a julga em cada geração", escreveu Santayana, para concluir: "Por isso, a Comissão pode votar, como votou, a clara predominância do poder civil em um estado democrático".